

Demonstrações Contábeis

Transminas Holding S.A

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado.....	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores e Acionistas da
Transminas Holding S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transminas Holding S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transminas Holding S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

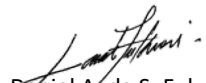
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Transminas Holding S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<u>ATIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
		52.783	67.346
Caixa e equivalentes de caixa	5	43	304
Investimentos de curto prazo	5	46.084	57.309
Impostos de renda e contribuição social a compensar		-	1.475
Dividendos a receber	8	6.656	8.258
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Investimentos em coligadas	6	168.830	163.335
TOTAL ATIVO		221.613	230.681
<u>PASSIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
		8.273	10.745
Impostos de renda e contribuição social a pagar		438	1.646
Dividendos a pagar	8	7.810	9.062
Outros passivos circulantes		25	7
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	7	44.860	44.860
Reservas de lucros		168.480	175.106
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		221.613	230.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transminas Holding S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Despesas administrativas e gerais		(183)	(143)
Resultado de equivalência patrimonial	6	<u>26.623</u>	<u>33.032</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>26.440</u>	<u>32.889</u>
Despesas financeiras	9	(6)	(1)
Receitas financeiras	9	<u>7.150</u>	<u>4.983</u>
		<u>7.144</u>	<u>4.982</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>33.584</u>	<u>37.871</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(2.343)	(1.622)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>31.241</u></u>	<u><u>36.249</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transminas Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.241	36.249
Outros resultados abrangente	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	31.241	36.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transminas Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar		
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2024	44.860	8.972	31.457	116.659	-	201.948
Dividendos declarados	-	-	-	(9.169)	-	(9.169)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	36.249	36.249
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(9.062)	(9.062)
Destinação para reserva de lucros a realizar	-	-	-	27.187	(27.187)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	44.860	8.972	31.457	134.677	-	219.966
Dividendos declarados	-	-	-	(30.057)	-	(30.057)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	31.241	31.241
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(7.810)	(7.810)
Destinação para reserva de lucros a realizar	-	-	-	23.431	(23.431)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	44.860	8.972	31.457	128.051	-	213.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transminas Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	33.584	37.871
Ajuste no lucro para:		
Receita de aplicações financeiras	(7.474)	(3.881)
Resultado equivalência patrimonial	(26.623)	(33.032)
	(513)	958
(Aumento) no ativo		
Impostos de renda e contribuição social a compensar	1.475	(420)
	1.475	(420)
(Redução) Aumento no passivo		
Impostos de renda e contribuição social a pagar	(231)	(537)
Outros passivos	18	7
	(213)	(530)
Imposto de renda e contribuições sociais, pagos	(2.051)	(437)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(1.302)	(429)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	22.730	24.411
Resgate de aplicações financeiras	40.150	14.086
Investimento em aplicações financeiras	(22.720)	(67.625)
	40.160	(29.128)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(39.119)	(13.458)
	(39.119)	(13.458)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(261)	(43.015)
Demonstração da redução de caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	304	43.319
Saldo no final do exercício	43	304
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(261)	(43.015)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Transminas Holding S.A. (“Companhia” ou “Transminas”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, Bloco I, 16º andar, Conjunto 162, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como, a gestão e a comercialização de bens próprios. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A.

A Transminas Holding S.A. detém participação em três Companhias transmissoras de energia elétrica no Brasil, sendo elas:

Coligadas	Localização / Conexão	Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da Concessão Início Fim	Início da Operação	Extensão da Linha	Tensão	RAP/RBNI (Ciclo 2025-2026)	Índice de Reajuste do contrato	Redução de 50% da RAP a partir 16º ano de Operação	Revisão Tarifária prevista
Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”)	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)	009/2004	18/02/2004 18/02/2034	18/12/05	150 km	345 Kv	37.705	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”)	Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG)	005/2005	04/03/2005 04/03/2035	23/02/07	140 km	345 Kv	27.835	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”)	Irapé (MG) - Araçuaí (MG)	012/2005	15/03/2005 15/03/2035	23/05/07	65 km	230 Kv	44.874	IGP-M	Sim	Não

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 20 de março de 2026.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis apresentam a avaliação dos investimentos em coligadas pelo método da equivalência patrimonial.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações dos passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão descritos na nota explicativa 3.4 sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos e na nota explicativa 3.3 sobre a constituição de provisões.

3 Práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

- **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições de ser mantido para receber fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo ganhos ou perdas, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

• **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

• **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Redução ao valor recuperável

• **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.3 Investimentos

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui processos judiciais com classificação provável ou possível de perda que sejam relevantes.

3.5 Tributação

3.5.1 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foi reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos.

3.6 Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. Os dividendos adicionais serão distribuídos de acordo com a geração de caixa excedente da Companhia.

3.7 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

4 Pronunciamentos técnicos novos e/ou revisado pelo CPC

4.1 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2025 a norma abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

4.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas, mas ainda não obrigatórias até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir:

- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações. A Companhia é elegível para aplicação do IFRS 19, e avaliará a aplicação quando a norma entrar em vigor em 1º de janeiro de 2027;
- IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia e suas controladas esperam impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

5 Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	1	1
Certificados de depósitos bancários	42	302
Caixa e equivalentes de caixa	43	303
Fundo de investimento - STA	46.084	57.309
Investimentos de curto prazo	46.084	57.309

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, com liquidez imediata, a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os certificados de depósitos bancários possuem liquidez imediata e estão sujeitos a taxas de juros, em média, a 97% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia aplica seus recursos em um fundo de investimento, cuja a remuneração média corresponde a 100,26% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (99,63% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6 Investimentos em coligadas

A movimentação do investimento é conforme segue:

Coligadas	Saldo em 31/12/2024	Dividendos declarados	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2025
Transleste	49.712	(11.565)	9.022	47.169
Transudeste	33.888	(6.493)	5.319	32.714
Transirapé	79.735	(3.070)	12.282	88.947
	163.335	(21.128)	26.623	168.830

Coligadas	Saldo em 31/12/2023	Dividendos declarados	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Transleste	50.633	(12.803)	11.882	49.712
Transudeste	35.485	(8.677)	7.080	33.888
Transirapé	73.135	(7.469)	14.069	79.735
	159.253	(28.949)	33.031	163.335

As informações dos investimentos em coligadas estão apresentadas a seguir:

31/12/2025									
Coligadas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio líquido	Participação da Transminas		Dados das investidas			
				no capital social	no patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Transleste	49.569.000	20.323.290	115.048	41,00%	44.721	141.588	26.540	115.048	22.005
Transudeste	30.000.000	12.300.000	79.792	41,00%	30.812	96.631	16.839	79.792	12.973
Transirapé	22.340.490	9.159.601	216.942	41,00%	88.947	286.159	69.218	216.941	29.957
					164.480				

31/12/2024									
Coligadas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio líquido	Participação da Transminas		Dados das investidas			
				no capital social	no patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Transleste	49.569.000	20.323.290	121.249	41,00%	49.712	149.032	27.783	121.249	28.982
Transudeste	30.000.000	12.300.000	82.654	41,00%	33.888	99.979	17.325	82.654	17.268
Transirapé	22.340.490	9.159.601	194.475	41,00%	79.735	290.050	95.576	194.474	34.314
					163.335				

7 Patrimônio líquido

7.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$44.860, totalmente integralizado, representado por 44.859.500 ações ordinárias e 500 ações preferenciais, totalizando 44.860.000 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/12/2025 e 31/12/2024			
	Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S.A.	31.409.500	70,02	500	100,00
TL Investimentos em Sistema de Transmissão Ltda.	13.450.000	29,98	-	-
Total	44.859.500	100,00	500	100,00

7.2 Reserva de lucros

- a) Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social, situação esta observada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.
- b) Reserva de lucro: os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de lucros à disposição da Assembleia, para sua destinação.
- c) Reserva de lucros a realizar: refere-se a parcela do lucro não realizado. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro da operação de equivalência patrimonial ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo à distribuição de dividendos.

Em 22 de julho de 2024 foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$9.169 à conta da Reserva de lucros a realizar.

Em 22 de julho de 2025 foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$30.057 à conta da Reserva de lucros a realizar.

7.3 Destinação do resultado

A destinação do lucro dos exercícios de 2025 e 2024 foi como segue:

Destinação do resultado	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	31.241	36.249
Dividendos obrigatórios - estatutário	(7.810)	(9.062)
Destinação para a reserva de lucros a realizar	(23.431)	(27.187)

8 Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identificam-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos em aberto na data-base das demonstrações são:

Transação / Parte relacionada	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Dividendos a receber - Transleste	2.255	2.971
Dividendos a receber – Transudeste	1.330	1.770
Dividendos a receber - Transirapé	3.071	3.517
	6.656	8.258
Passivo		
Dividendos a pagar - Alupar	5.469	6.345
Dividendos a pagar - TL Investimentos	2.341	2.717
	7.810	9.062

Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 2024, os Acionistas deliberaram pela ausência de remuneração aos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia. Os administradores da Companhia, parte são remunerados por outras entidade do Grupo econômico Alupar ou pelo Grupo econômico Tabocas, não havendo repasse de custos para a Companhia.

9 Receitas de despesas financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	7.499	5.226
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(349)	(243)
Total	7.150	4.983
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(6)	(1)
Total	(6)	(1)
Total Líquido	7.144	4.982

10 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real. A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
a) Composição dos tributos no resultado:		
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.343)	(1.622)
b) Conciliação da alíquota efetiva		
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>33.584</u>	<u>37.871</u>
Aplicação da alíquota combinada vigente de 34%	(11.419)	(12.876)
Resultado de equivalência patrimonial	9.052	11.231
Outros	<u>24</u>	<u>23</u>
Despesa com IR e CS	(2.343)	(1.622)
Alíquota efetiva	6,98%	4,28%

11 Instrumentos financeiros

11.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

11.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2025		31/12/2024		Classificação	Nível
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo financeiros						
Caixa e bancos	1	1	1	1	Custo amortizado	
Equivalentes de caixa	42	42	302	302	Valor justo por meio do resultado	2
Investimento de curto prazo	46.084	46.084	57.309	57.309	Valor justo por meio do resultado	2
Dividendos a receber	6.656	6.656	8.258	8.258	Custo amortizado	
	<u>52.783</u>	<u>52.783</u>	<u>65.870</u>	<u>65.870</u>		
Passivos financeiros						
Dividendos a pagar	7.810	7.810	9.062	9.062	Custo amortizado	
	<u>7.810</u>	<u>7.810</u>	<u>9.062</u>	<u>9.062</u>		

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

11.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

11.3.1 Risco de crédito

As coligadas da Companhia, por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, estão sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

11.3.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

11.3.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

11.3.4 Risco de taxas de juros

As aplicações financeiras são remuneradas pelo CDI. A Companhia avaliou que a análise de sensibilidade não é necessária, dado que as oscilações na remuneração das aplicações financeiras não apresentam impacto material sobre os resultados da Companhia.

Análise de sensibilidade risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador das aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, foi o CDI, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras	Indexador	Posição em 31.12.2025	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			12,25%	6,13%	9,19%	15,31%	18,38%
Certificados de depósitos bancários	CDI	42	5	3	4	6	8
Fundo de investimento - STA	CDI	46.084	5.645	2.823	4.234	7.057	8.468

11.3.5 Risco de preço

As receitas das coligadas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IGPM, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

* * *

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora - CRC 1SP199348/O-0

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Administrativo Financeiro